

UMA LEITURA PLURAL DA TRAJETÓRIA DE JOSEPH JUBERT PROFESSOR LIBERTÁRIO E ANARQUISTA EM BRAGANÇA (1900-1920)

A PLURAL READING OF THE TRAJECTORY OF JOSEPH JUBERT,
A LIBERTARIAN AND ANARCHIST TEACHER IN BRAGANÇA (1900-1920)

UNA LECTURA PLURAL DE LA TRAYECTORIA DE JOSEPH JUBERT,
MAESTRO LIBERTARIO Y ANARQUISTA EN BRAGANZA (1900-1920)

Sandra Aparecida de Souza Machado¹

Maria de Fátima Guimarães²

Resumo: Esta pesquisa aborda a leitura plural da trajetória de Joseph Jubert, professor libertário e anarquista, em Bragança, interior paulista, durante o início do séc. XX. Trata-se de uma pesquisa histórica, na área da Educação. Tem como objetivos analisar e refletir sobre a pluralidade presente na leitura de Joseph Jubert e problematizar o momento em que ele pretendia organizar uma escola racionalista para colonos e seus filhos, nos princípios de Francisco Ferrer e Guardia. A pesquisa é relevante, pois a militância libertária e anarquista no interior do estado é pouco explorada, ainda que dialogue com aspectos mais amplos do cenário nacional e internacional da época. Possui como base metodológica a análise dos processos-crime (1911), que se refere à distribuição do *boletim* e à calúnia e difamação do padre; aos artigos do periódico *A Lanterna* (1910-11) e de referenciais teóricos, sobretudo, como Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Roger Chartier e Paulo Freire. Como resultado de pesquisa, verifica-se a pluralidade na leitura de Jubert, visto que essa se dá na relação com a leitura de mundo, como forma de resistência ao grupo social dominante e no não cumprimento do objetivo de organizar uma escola para colonos na cidade, decorrente da perseguição que Jubert sofreu.

Palavras-chave: Leitura plural; educação libertária; Joseph Jubert.

Abstract: This research addresses the plural reading of the trajectory of Joseph Jubert, a libertarian and anarchist teacher, in Bragança, in the interior of São Paulo, during the beginning of the 20th century. This is a historical research in the area of Education. Its objectives are to analyze and reflect on the plurality present in Joseph Jubert's reading and to problematize the moment in which he intended to organize a rationalist school for settlers and their children, in the principles of Francisco Ferrer and Guardia. The research is relevant, as the libertarian and anarchist militancy in the interior is little explored, although it does dialogue with broader aspects of the national and international scene at the time. Its methodological basis is the analysis of the crime processes (1911), which refers to the distribution of the bulletin and the calumny and defamation of the priest; articles from the periodical *A Lanterna* (1910-11) and; from theoretical references, above all, such as Walter Benjamin; Mikhail Bakhtin and; Roger Chartier. As a result of the research, the plurality in Jubert's reading is verified, as this takes place in relation to the reading of the world, as a form of resistance to the dominant social group; as well as that the failure to fulfill the objective of organizing a school for settlers in the city was due to the persecution he suffered.

Keywords: Plural reading; libertarian education; Joseph Jubert.

¹ Universidade São Francisco.

² Universidade São Francisco.

Resumen: Esta investigación aborda la lectura plural de la trayectoria de Joseph Jubert, profesor libertario y anarquista, en Bragança, interior de São Paulo, a principios del siglo XX. Es una investigación histórica, en el área de la Educación. Tiene como objetivo analizar y reflexionar sobre la pluralidad presente en la lectura de Joseph Jubert y problematizar el momento en que pretendía organizar una escuela racionalista para los colonos y sus hijos, en los postulados de Francisco Ferrer y Guardia. La investigación es relevante, porque la militancia libertaria y anarquista, en el interior del Estado, es poco explorada, aunque dialoga con aspectos más amplios del panorama nacional e internacional, de la época. Su base metodológica es el Análisis de casos criminales (1911), que se refiere a la distribución del boletín ya las calumnias y difamaciones del cura; artículos en el periódico *A Lanterna* (1910-11) y; referentes teóricos, sobre todo, como Walter Benjamin; Mijaíl Bajtín; Roger Chartier y; Paulo Freire. Como resultado de la investigación se verifica la pluralidad en la lectura de Jubert, ya que ésta se da en la relación con la lectura del mundo, como forma de resistencia al grupo social dominante y; el incumplimiento del objetivo de organizar una escuela para colonos en la ciudad, producto de la persecución que sufrió Jubert.

Palabras clave: Lectura plural; educación libertaria; Joseph Jubert.

Introdução

Esta pesquisa aborda a leitura plural da trajetória de Joseph Jubert, professor libertário e anarquista, em Bragança, interior de São Paulo, durante o início do séc. XX (1900-1920). Trata-se de uma pesquisa histórica, na área da Educação³. Tem como objetivos analisar e refletir sobre a pluralidade presente na leitura de Jubert e problematizar o momento no qual ele pretendia organizar uma escola racionalista para colonos e seus filhos, nos princípios de Francisco Ferrer e Guardia.

A referência à pluralidade está presente nos artigos escritos por Jubert, a exemplo do momento no qual ele pretendia organizar a escola racionalista, em oposição à educação religiosa, no ano de 1910, quando ele e outros membros da cidade organizaram uma Liga Operária; escreveram os *Estatutos da Liga*, contendo melhorias e providências a respeito da vida e trabalho dos associados e, ainda, distribuíram um *boletim* denunciando as precárias condições de vida dos colonos das fazendas de café da região. Então, por consequência da última ação, um grupo de fazendeiros elaborou uma representação contra eles, alegando incitação à greve e interferência na vida econômica do município, o que resultou num processo-crime (1911); ao mesmo tempo em que o pároco local, Leonardo Gioieli, o processou, por calúnia e difamação, devido a uma crítica escrita sobre ele no jornal anticlerical *A Lanterna* (SP).

A militância libertária e anarquista, no interior, é pouco explorada, ainda que dialogue com aspectos mais amplos do cenário nacional e internacional da época. A pesquisa tem como base a análise dos Processo-Crime (1911), que se referem à distribuição do *boletim* e à calúnia e difamação do padre (Alvará de Licença-Crime para Queixa-Crime), pertencentes ao Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança depositados e custodiados pelo Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação-CDAPH da Universidade São Francisco-USF; dos artigos do periódico *A Lanterna* (1910-11), disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional, e dos referenciais teóricos, tais como: Mikhail Bakhtin (1987), Paulo Freire (1967; 1982), Roger Chartier (2014) e Walter Benjamin (1985), por se tratar de uma pesquisa histórica sobre a pluralidade na leitura, ou seja, a que pressupõe as diferentes visões de mundo, a polifonia, a resistência e o confronto de ideias, num dado momento histórico marcado por intensas transformações socioculturais, econômicas e políticas, como a Consolidação da República (1889), a imigração, a industrialização e a urbanização crescente, o movimento operário, dentre outras questões.

³ Articulada ao grupo de pesquisa Rastros: História, Memória e Educação, certificado pelo CNPq, que desenvolve diferentes pesquisas sobre a história de Bragança Paulista.

O texto foi dividido em três momentos distintos, sendo que no primeiro, realizamos uma análise e reflexão sobre a leitura no contexto da pluralidade; no segundo momento expomos a trajetória de Jubert, que foi processado duas vezes em Bragança, na época em que pretendia organizar uma escola para colonos; e no terceiro, discutimos a pluralidade na leitura de Jubert, devido à ambivalência contida em seus escritos.

A leitura no contexto da pluralidade

*Um [...] ponto que me parece interessante sublinhar
[é...] o reconhecimento óbvio de que nenhum de nós
está só no mundo. [...] Viver ou encarnar esta
constatação evidente, enquanto educador ou
educadora, significa reconhecer nos outros [...] o
direito de dizer a sua palavra. Direito deles de falar
a que corresponde o nosso dever de escutá-los*
FREIRE, 1982, [n. p.]

Neste momento do texto, é realizada uma análise e reflexão sobre a leitura no contexto da pluralidade. Para tanto, é necessário expor o que se compreende por leitura, que, segundo Freire (1982), não se trata apenas de um ato, mas de dois, um no que tange à alfabetização (decodificação) da letra, da palavra, da frase, e o outro, ao sentido figurado, à leitura de mundo, a qual se lê nas próprias palavras de Freire (1982, [n. p.]):

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

O que significa também dizer que ler ultrapassa a noção de leitura alfabética escolarizada, pois a interação sociocultural pressupõe um repertório necessário à própria leitura da palavra, seja da criança ou do adulto.

Segundo Chartier (2004 *apud* BUENO, 2007, p. 13),

[...] o ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulamentá-los. A aceitação dos modelos e das mensagens propostas opera-se por meio dos arranjos, dos desvios, às vezes das resistências, que manifestam a singularidade de cada apropriação.

Consoante aos atos de arranjos, desvios e resistências manifestadas pela individualidade de cada um, está a ideia de Freire, que vai além, quando propõe que

[h]á uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age [há] uma pluralidade na própria singularidade (FREIRE, 1967, p. 39-40).

Essa pluralidade tem a ver com a própria condição do homem, que o difere do animal (FREIRE, 1967). Possível fruto de uma leitura plural, que resulta numa reflexão crítica até se tornar a escrita, colocada novamente em movimento por seus interlocutores.

Chartier (2014, p. 23), ao discorrer sobre a história da leitura, demonstra que existem diferentes práticas em torno da leitura, como: “ler em voz alta para os outros ou para si e ler silenciosamente, ler intensivamente ou extensivamente, ler para o estudo ou ler para o prazer”, e que tais formas de ler se apresentam na contemporaneidade como oriundas de séculos anteriores.

O autor, após mencionar pesquisas que apontam uma queda na prática de leitura, com ressalvas, chega à conclusão que “as políticas editoriais têm reforçado a certeza de que existe uma crise da leitura e uma morte do leitor [...] que não exclui os gêneros de ficção, [e] é mais fortemente sentida na edição de livros de ciências humanas e sociais” (CHARTIER, 2014, p. 23). Tempos de crise sugerem mudanças.

Se, na contemporaneidade, “a morte do leitor” e o “desaparecimento da leitura” são atribuídos às consequências do avanço da tecnologia, no século XIX, a promessa de formar leitores se pautava na crença do livro em detrimento das superstições e oralidade, pois dentro dele estaria todo o conhecimento. O acesso à capacidade de ler, em partes da Europa, no dado momento, fomentou os impressos destinados a leitores populares. O que não quer dizer que todos na época fossem leitores, visto as práticas de leitura que ocorriam em voz alta para o grupo (CHARTIER, 2014).

A respeito dos impressos, é válido considerar o que Benjamin propôs sobre a informação, já que, segundo ele, junto à “história da informação” está a “história da corrupção da imprensa”, visto que

[a] notícia precisava de pouco espaço; ela, e não o artigo de fundo nem o romance de folhetim, é que ajudava o jornal a ter uma aparência nova a cada dia, mediante uma esperta variação na paginação, no que residia, aliás, uma parte da sua atração. Precisava ser constantemente renovada: boatos da alta sociedade, intrigas do mundo teatral, mesmo ‘o que você precisa saber’, constituíam as suas fontes prediletas. Desde os primeiros momentos já se podia perceber essa elegância barata que se torna tão característica do folhetim [... na Europa] (BENJAMIN, 1985, p. 58).

O surgimento dos impressos também pode ser percebido no Brasil, a partir dos jornais, dos boletins, das propagandas e outros, no final do séc. XIX e início do séc. XX. Pois, de acordo com Bueno (2007, p. 74), “[...] o país vivencia a ampliação do público leitor e de espaços destinados à leitura, bem como o aparecimento de uma diversidade de impressos. Estes passaram a compor o acervo de livrarias, gabinetes de leitura, bibliotecas particulares, públicas e escolares”.

Ainda segundo Bueno, em suas pesquisas “[...] depar[ou-se] com demonstrações de apreço aos impressos, enquanto signos emblemáticos da modernidade e do progresso[...] A visão moderna de civilização pressupõe ainda a imagem de um sujeito cosmopolita em detrimento de um provinciano [...]” (2007, p. 75).

No que tange à modernidade, Benjamin (1985, p. 198) afirmou que a transmissão da experiência diminuiu, e completou: pois “[b]asta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que, da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior, mas também, a do mundo ético, sofre[ram] transformações que antes não julgá[va]mos possíveis”.

É neste movimento que se inscreve a trajetória de Joseph Jubert, professor libertário e anarquista, que confrontou a classe burguesa, quando se mobilizou, ao lado de colonos e operários, denunciando as condições de vida dos trabalhadores nas fazendas de café de Bragança e região. Atuou nos meios de comunicação, escrevendo artigos para o jornal *A Lanterna* (São Paulo) e sendo flagrado por entre as páginas de outros jornais não discutidos aqui.

De acordo com Chartier (2014, p. 30), “[a] certeza de que todo o conhecimento se encontra[va] nos livros [...] mobilizou os esforços dos ‘novos leitores’”, que conquistaram a leitura e a escrita para entender e, possivelmente, transformar o mundo injusto no qual viviam. Será que Jubert poderia ter sido um desses? Não sabemos como se deu a sua formação, mas, de fato, ao escrever artigos nos jornais, para além de sua função como professor, sempre demonstrou resistência à burguesia e denunciou a injustiça social.

Em suma, é possível verificar que a história da leitura é atravessada por transformações, conflitos, resistência e relações de poder. E que o ato de ler foi, e ainda é, um divisor social, independentemente do acesso aos livros, pois ler não é simplesmente identificar as palavras, pressupõe interpretar, aderir à polifonia, que tem como significado a linguagem em movimento, inacabada, feita da superposição de vozes (ROMAN, 1993).

A trajetória do professor libertário Joseph Jubert

Aqui, é exposta a trajetória de Joseph Jubert, que foi identificado num processo-crime (1911) da cidade de Bragança. Na época do processo, Jubert, natural da cidade de *Lion*, na França, estava com 35 anos, era solteiro, havia morado em Atibaia, cidade próxima a Bragança, mais ou menos três anos antes (1907).

As últimas décadas do séc. XIX e as primeiras do séc. XX acolheram intensas transformações socioculturais, econômicas e políticas, dentre elas: a Abolição da Escravatura (1888), a Consolidação da República (1889), a imigração de colonos europeus, as relações de trabalho assalariadas, a crescente urbanização, a industrialização e todas as tensões e os conflitos oriundos da divisão de classes sociais.

Análoga a tais conflitos, está a trajetória de Jubert, que em fins de 1910, junto a um grupo de trabalhadores, durante uma assembleia, criou a Liga Operária, em Bragança. Como consequência, elaboraram os *Estatutos*⁴, nos quais constavam todos os direitos e obrigações de seus membros, a proposta de melhorias para eles, dentre outras questões dispostas em dez capítulos.

Nos *Estatutos* da Liga Operária, o que mais chama a atenção é a meta de criar uma escola racionalista para os operários e para seus filhos (PROCESSO-CRIME, 1911). Essa escola possivelmente seria pautada nos ensinamentos de Francisco Ferrer y Guardia, pois a inspiração pode ser lida nas palavras de Jubert sobre:

[...] a execução de Ferrer pelo jesuitismo hespanhol [que] lança um raio de indignação entre os homens que se deixam guiar pela razão e os clarins de alerta sôa aos ouvidos da mocidade sã, as mais carinhosas começam a compreender que todas as religiões do mundo não perfazem uma boa [...] educação de seus filhos (JUBERT, 31/12/1910, p. 2).

A nota traz, além da indignação pela execução de Ferrer, uma crítica à educação religiosa. Ferrer y Guardia era conhecido por defender a instrução científica e libertária, a coeducação entre sexos e a instrução das massas, mas se tornou muito mais conhecido após sua execução, em outubro de 1909, a mando do governo da Espanha. Depois do ocorrido, escolas modernas foram fundadas no Brasil e fora dele, segundo os seus princípios.

Retomando a trajetória de Jubert, ele e outros membros da Liga Operária escreveram um *boletim*, nas versões português e italiano, denunciando as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas de café da região, tendo em vista a alta no preço do café, e o distribuíram

⁴ Anexo ao processo-crime de 1911.

nas mediações da Rua do Mercado e da Rua do Comércio, num domingo, dia 18 de dezembro de 1910, por volta das 13h (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 23).

A denúncia de Jubert mediante o *boletim* também trazia uma passagem na qual ele expunha a proibição da imigração subsidiada no Brasil, conforme se observa: “[c]ontra esse procedimento infame [...] toda a Europa latina, proibiram a emigração oficial para o nosso Paiz como um dos mais eloquentes protestos contra o vandalismo que impera nas fazendas do nosso Estado de São Paulo” (BOLETIM, 1911, [n. p.]).

Essa denúncia realizada através do *boletim* encontra respaldo nas análises de Hall sobre os *Anais da Câmara* e o *Relatório da Secretaria da Agricultura* de São Paulo, quando constatou que a vinda dos imigrantes serviria para “fornecer mão-de-obra barata para as fazendas de café” (HALL, 1989, p. 5), pois conforme a fala de um deputado de São Paulo, da época, a ideia era aumentar a competição entre os trabalhadores como forma de gerar equilíbrio entre demanda e oferta, podendo assim diminuir o valor que seria pago pelo trabalho.

O vandalismo nas fazendas, segundo Jubert, não estava ligado apenas aos ganhos, mas a todo o tipo de exploração do trabalhador. Eram comuns os castigos físicos, o endividamento nas mercearias que pertenciam aos patrões dentro das fazendas, as doenças que dificilmente poderiam ser tratadas por falta de acesso a médicos e remédios, o alcoolismo, a violência entre patrões e empregados, o rígido controle sobre a entrada e saída das fazendas, mesmo fora do horário de trabalho (BATALHA, 2000; HALL, 1989; MUNAKATA, 1981).

Então, se por um lado temos a resistência de Jubert e do grupo, por outro lado temos o grupo de fazendeiros que se sentiu prejudicado e procurou o delegado Azevedo Marques. Como consequência, houve uma investigação, pois

[...] mediante representação verbal de diversos agricultores deste município [foi declarado] que – José Jubert, Benedicto Rizzi, Julio Gonçalves da Silva, Luciano Cândido Ribeiro e José do Patrocínio – fizeram, hontem [18/12/1910], [...] profusa distribuição [...] do ‘boletim’ (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 5-6).

Dentre os fazendeiros⁵ que fizeram a denúncia estavam Olympio Barra, Afonso Ferreira, Theófilo Leme, Norberto Barbosa e João Leme. A alegação contra o *boletim* pode ser vista abaixo:

‘boletim’ esse que – diz-se longe de constituir uma propaganda em prol de justos interesses do operariado, não passa de uma manobra fraudulenta, que, illudindo a bôa fé dos colonos e explorando-lhe as paixões ruins, visa inconfessavelmente, desviar-os dos estabelecimentos que estão empregados, se não o incitamento á greve, para a perturbação dos serviços agrícolas e, portanto, da vida econômica do município (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 5-6).

Os fazendeiros alegam que os membros da Liga Operária estavam influenciando a conduta dos colonos, os quais eram ingênuos, e que essa situação estava interferindo na economia de Bragança. Tal contexto pode ser explicado a partir das análises de Volochinov e Bakhtin quando afirmam que:

A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica (2006, p. 34).

⁵ Havia mais fazendeiros; na fala de Olímpio Barra, ele cita diversos fazendeiros, dentre eles os que constam no texto. Os fazendeiros, inclusive, organizaram um Clube dos Lavradores para tratar de assuntos pertinentes a esses problemas.

A produção ideológica se assenta nas ações de grupos dominantes, nas quais a ‘consciência individual’ apenas assiste ou reside, mas não atua. Ou seja, a afirmativa do grupo de fazendeiros é carregada de intencionalidades, ainda que o mesmo autor afirme que todo signo é ideológico. Portanto, trata-se de um confronto socioeconômico de classes distintas.

Sobre o desenrolar do processo, privilegamos abaixo a defesa de Jubert, quando afirmou:

[e] qual será o individuo que depositaria confiança a um juiz substituto que, se nega averbar-se de suspeito sendo parte interessada, filho legítimo de um dos mais abastados fazendeiros deste município e um dos queixosos que fora pedir a policia para que instaurasse este processo contra o acusado; e bem assim sendo uma das testemunhas que, depôs no processo Theophilo da Silva Leme: tio e parente do mesmo! (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 27).

Jubert se defendeu sem contar com a presença de um advogado, porque não acreditava na justiça ali presente. Alegou estar sendo perseguido por três diferentes grupos da cidade, talvez composto por fazendeiros, alguns membros da justiça e membros da igreja, já que também foi processado pelo padre Leonardo Gioieli, o responsável pela paróquia. Nos artigos de Jubert consta que foi jurado de morte por um dos membros da família Leme⁶ e pelo delegado Azevedo Marques⁷.

O processo-crime (1911) sobre a distribuição do *boletim*, após percorrer quatro instâncias, foi julgado pelo juiz Abeilard de Almeida Pires, da Comarca de Jundiaí, como improcedente. Porém, o Alvará de Licença-Crime para Queixa-Crime (1911) movido contra ele pelo padre Leonardo por calúnia e difamação foi mantido, e então Jubert foi condenado. Por essa razão, em meados de junho do mesmo ano, fugiu da cidade e não concluiu o objetivo de organizar a escola racionalista para colonos e seus filhos em Bragança.

A pluralidade na leitura de Joseph Jubert

Nesta parte do texto, é discutida a pluralidade na leitura de Jubert, porque se trata de um movimento mais amplo em torno das fontes. Quando mencionamos “na leitura”, queremos dizer sobre a escrita de Jubert em seus artigos, na qual lemos a ironia, o sarcasmo, a provocação como forma de resistência que confronta membros da elite, da igreja e das autoridades. Como pode ser observado abaixo, num trecho de um artigo de jornal que possivelmente marca o início do conflito com o padre Leonardo Gioieli, em Bragança:

O idiota [João Deusdedit de Araújo] com uma libra de cérebro que é actualmente secretario do físico bispo [Dom Duarte Leopoldo e Silva] de S. Paulo [...] afim de dar uma ridícula conferência. [Que] os imbecis do Centro Catholico [...] o convidaram para que viesse mostrar os seus incisivos de lobo e ruminasse algumas imprecações contra os anarchistas, os socialistas e os livre-pensadores que se atrevem denunciar aos poderes públicos, a monstruosidade dos seus horrendos crimes que diariamente pratica. Esse bandido [...] vomitou um monte de imprecações contra os jornalistas estrangeiros e contra todos os que detestam o prostíbulo da Igreja e combatem pela emancipação humana e racional. [...] Citando a campanha que lhe move a *Lanterna* e a *Battaglia*, na capital do Estado. Mas esse crápula não nos disse onde estão Idalina e Josefina estupradas e assassinadas por dois monstros de padres do seu quilate. [...] [Há] aqui também um padre Leonardo, que como um anjo de bondade foi surprehendido no quintal

⁶ A Lanterna, 21 jan. 1911, n. 67, p. 1.

⁷ A Lanterna, 28 jan. 1911, n. 68, p. 1.

duma família ao pé duma jaboticabeira, a espera de administrar a sua bondade a certa mulher casada (JUBERT, 17/12/1910, p. 2-3).

Em suma, Jubert afirmou que o bispo veio, convidado de São Paulo, para dar uma conferência em Bragança. Em tal conferência ele fez muitas críticas aos grupos contrários à igreja. Em contrapartida, Jubert questionou um crime contra duas crianças do orfanato católico de São Paulo e ainda mencionou as aventuras do padre Leonardo, em Bragança, motivo pelo qual foi processado pelo padre.

Sobre o confronto de Jubert a membros da elite, da igreja e/ou a autoridades, mencionado acima, vamos ao encontro de Bakhtin, quando discute o riso na Idade Média e propõe que: “[...] o riso popular ambivalente expressa uma opinião sobre um mundo em plena evolução no qual estão incluídos os que riem. Devemos assinalar especialmente o caráter utópico e o valor de concepção do mundo desse riso festivo, dirigido contra toda superioridade” (1987, p. 11).

Nos escritos de Jubert fica evidente o desejo de mudança, de transformação social, de mobilização em torno de objetivos como dignidade, liberdade e solidariedade, além de se mostrar contrário a todo tipo de exploração do sujeito através do trabalho e de outras formas.

Jubert era um anticlerical assumido; a questão é que, quando analisamos as relações em Bragança, percebemos uma proximidade entre a liderança dos fazendeiros, cel. Affonso Ferreira, e o padre, ambos que o processaram. A saber: o Centro Católico, em 1905, ampliou suas instalações para acolher uma escola noturna, conforme se lê:

Novo Pavilhão

Esta semana devem ter inicio as obras do novo pavilhão que vae se levantar, anexo ao prédio do Centro Catholico para nele funcconar a escola noturna da mesma associação. O Sr. Coronel Affonso Ferreira deu o terreno, tijolos e a quantia de 50\$ para tal serviço (A NOTÍCIA, 1905, p. 2).

Assim, a educação religiosa para adultos e crianças da classe trabalhadora em vigor viria a se chocar com a proposta de uma escola racionalista, conforme os *Estatutos* da Liga Operária, após a chegada de Jubert em Bragança, por volta de 1907/08. Mas este não era o único conflito: Jubert chegou a ser abordado na rua e levado até a delegacia por ordem do delegado, que, segundo ele:

[...] ordenou logo ao sargento que me passasse uma revista da cabeça aos pés, encontrando-me um pequeno canivete de cortar papel, com o qual pretendia o dito sargento ficar. Terminada a revista, começou o dr. delegado a fazer-me um sermão sobre as minhas correspondencias. Terminou por ameaçar-me na vida e na liberdade, se continuasse a denunciar as bandalheiras do virtuoso padre Leonardo. Proibiu-me de andar armado. [...] Disse-me mais que a segunda vez que me encontrasse na policia não saberia o que faria de mim [...] (JUBERT, 28/01/1911, p. 1).

A intervenção do delegado objetivava silenciar Jubert, mas ele alegava que os escândalos envolvendo os padres eram comuns. Dentre tais questões, uma coisa chama a atenção: era apenas sobre o padre Leonardo que ele dirigia as críticas. Na nota a seguir, Jubert sustenta que mantém a verdade independente das consequências e deixa evidente que quem manda na cidade são os coronéis do café (pilão), conforme se lê:

Dizer que se deve esconder uma verdade, quando, proclamando-a, resulta uma guerra como a que está formando, equivale dizer que a verdade para os jesuítas em Bragança é um flagello. Mas eu como não conheço outra razão na Vida a

não [ser] a verdade em si, deixo os impulsivos que intimidem todos os empregados da Camara Municipal e se armem até os dentes, cerrando fileiras no largo da Matriz, sob o commando dos coronéis da briosa, com mãos de pilões em punho, ordenando o massacre dos que se atrevem a denunciar ao publico as bandalheiras de D. Juan Leonardo. Dar a vida em defeza da verdade, embora isso desencadeie uma guerra civil ou produza um cataclismo humano, entrechocando duas ideias num fabuloso desastre bragantino, que eu traço estas linhas, morrerei contente! (JUBERT, 14/01/1911, p. 2).

Jubert parecia não se intimidar com os processos e com as ameaças às quais se expôs. Seus escritos, ao mesmo tempo em que traziam a gravidade da situação na cidade, tais como o poder dos fazendeiros, a violência que estava por vir, a desconfiança dos católicos perante a instituição, ainda assim continuavam confrontando os inimigos; não escondia a ironia por detrás de suas palavras.

Em outra nota, Jubert afirmou: “[...] tenho um monte de cartas anonymas em que avisam, que aconselham toda a precaução ‘o’ José, o Felício Fagundes disse numa venda que os Lemes juraram te mandar assassinar, por isso te aviso: ande precavido” (JUBERT, 21/01/1911, p. 1). Porém, segundo ele, como Galileu obedecia à ciência, ele obedecia ao saneamento moral, e tentar encobrir o escândalo, transferindo o padre para Santos, só provava a culpa que ele tinha.

Os dois processos-crime (1911), um do padre contra ele e o outro do *boletim*, corriam na justiça ao mesmo tempo. O juiz de Bragança foi impedido de atuar no processo do *boletim*. Diante disso, a tensão social e a pressão em cima dele devia ser grande, tanto que chegou a escrever:

[s]ão três grupos separados um do outro nos planos da perseguição, estão todos reunidos na infamme commun de ver se podem [...] com os meus costados [me colocar] numa [...] prisão [...] creiam, leitores, que é a primeira vez também, que se levanta a mim a consciência da grande [...]força [...] para esmagal-os perante a opinião pública (JUBERT, 29/04/1911, p. 4).

Sobre tal perseguição, nós nos apoiamos em Thompson (*apud* TABORDA, 2008, p. 158), quando propôs que:

[...] as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e *status* dos homens e contribuem para a autodefinição ou senso de identidade dos homens. Como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado.

Jubert era respaldado pelo editor do jornal *A Lanterna*, Edgar Leuenroth, que lhe era próximo. Seu contato em Bragança também se estendia aos membros da Liga Operária e a pessoas de outros grupos sociais. Contudo, diante da situação com a justiça, percebemos nos seus artigos que o humor tendia a oscilar, o que demonstra a pluralidade do próprio ser, que reage conforme a situação que se apresenta, que se posiciona frente às injustiças, pois ele era declaradamente um militante anarquista e libertário.

Por fim, a atuação de Jubert em Bragança se estabeleceu através da militância em defesa dos colonos, da mobilização dos mesmos, por meio da Liga Operária e dos artigos escritos no jornal, pois foi impossibilitado de exercer sua profissão de professor dentro de uma escola sistematizada e de uma sala de aula, nos princípios de Ferrer.

Considerações finais

A pesquisa analisou e refletiu sobre a pluralidade na leitura de Joseph Jubert, menção que está presente nos artigos escritos por ele e problematizou o momento em que ele pretendia organizar uma escola racionalista, para colonos e seus filhos, nos princípios de Ferrer, ou seja, em oposição à educação religiosa em vigor.

Jubert, durante o momento em que esteve em Bragança, junto a outros moradores, criou uma Liga Operária, organizou seus *Estatutos* e distribuiu um *boletim* denunciando as precárias condições de vida dos colonos das fazendas de café. Como consequência, foi processado e perseguido na cidade, mas não condenado. Porém, ao mesmo tempo, foi processado pelo padre Leonardo, por calúnia e difamação, fato que resultou na sua condenação. Para não ser preso, fugiu da cidade, não concluindo o objetivo de organizar a escola.

Discutimos a pluralidade na leitura de Jubert, visto que essa se dá na relação com a leitura de mundo como forma de resistir ao grupo social dominante, neste caso, o grupo de fazendeiros, alguns membros das autoridades, incluindo aqueles que possuíam relações familiares com um dos fazendeiros, motivo pelo qual Jubert desconfiava da justiça e do padre.

Referências

ALVARÁ de licença-crime para queixa-crime: autorização para o padre Leonardo Gioieli processar Joseph Jubert por calúnia e difamação, 1911. Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança-CDAPH. Universidade São Francisco, Bragança Paulista.

APELAÇÃO de Joseph Jubert contra a condenação do Processo do Padre, 1911. Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança-CDAPH. Universidade São Francisco, Bragança Paulista.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

BATALHA, C. H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENJAMIN, W. Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, F. R. (Org.). *Walter Benjamin: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 30-43.

BOLETIM da Liga Operária de Bragança, 1911. Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança-CDAPH. Universidade São Francisco, Bragança Paulista.

BUENO, M. F. G. *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900–1920)*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CHARTIER, R. Ler a leitura. In: MORTATTI, M. R. L.; FRADE, I. C. A. S. (Org.). *História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático*. Marília: Unesp, 2014. p. 21-41.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 21. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1982. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo). Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/A-Importancia-do-Ato-de-Ler-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

HALL, M. Imigrantes. *Trabalhadores*, Campinas, São Paulo, 1989.

JUBERT, J. A Lanterna no interior: em Bragança. *A Lanterna*, São Paulo, 17 de dezembro de 1910, n. 62, p. 2-3.

JUBERT, J. Em Bragança – as proezas do padre Leonardo – o efeito das nossas correspondências – o processo contra a Lanterna. *A Lanterna*, São Paulo, 31 de dezembro de 1910, n. 64, p. 2.

JUBERT, J. Bragança. *A Lanterna*, São Paulo, 14 de janeiro de 1911, n. 66, p. 2,

JUBERT, J. No feudo do padre Leonardo: mais provas da santidade do padre Jaboticabeira – ameaças de violências e perseguições. *A Lanterna*, São Paulo, 21 de janeiro de 1911, n. 67, p. 1.

JUBERT, J. Em Bragança. *A Lanterna*, São Paulo, 28 de janeiro de 1928, n. 68, p. 1.

JUBERT, J. “Lanterna” no interior em Bragança. *A Lanterna*, São Paulo, 29 de abril de 1911, n. 84, p. 4, abr./1911.

MUNAKATA, K. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOTÍCIA (A). *Novo pavilhão*, Bragança, n. 18, p. 2, dez. 1905.

PROCESSO-CRIME relativo à distribuição do Boletim em Bragança, 1911. Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança-CDAPH. Universidade São Francisco, Bragança Paulista.

ROMAN, A. R. O conceito de polifonia em Bakhtin: o trajeto polifônico de uma metáfora. *Letras*, Curitiba, n. 41, p. 207-220, 1993.

TABORDA, M. A. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo. *Revista Brasileira da Educação*, n. 16, p. 147-169, jan.-abr. 2008.

VOLOCHINOV, V.; BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed., São Paulo: Hucitec, 2006.

Sobre as autoras

Sandra Aparecida de Souza Machado. É doutora e mestre pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. É professora do Curso de Pedagogia da Universidade São Francisco. É coordenadora do Curso de Psicopedagogia Lato Sensu da Universidade São Francisco. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa

Rastros: História, Memória e Educação, com pesquisa na linha de história e historiografia da educação. Tema educação libertária e anarquismo.

E-mail: sandraa.souza@usf.edu.br.

Maria de Fátima Guimarães. É pós-doc., doutora e mestre pela Universidade Estadual de Campinas. É professora adjunta da Universidade São Francisco. É coordenadora do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação-CDAPH. É pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa Rastros: História, Memória e Educação, com pesquisa na linha de história e historiografia da educação. Tema educação das sensibilidades, educação patrimonial, modernidade.

E-mail: fatima.guimaraes@usf.edu.br.